



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 67, DE 2022

(n° 352/2022, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor HÉLIO VITOR RAMOS FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 352

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **HÉLIO VITOR RAMOS FILHO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **HÉLIO VITOR RAMOS FILHO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 7 de julho de 2022.

Brasília, 4 de Julho de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **HÉLIO VITOR RAMOS FILHO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil em Buenos Aires, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **REINALDO JOSÉ DE ALMEIDA SALGADO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **HÉLIO VITOR RAMOS FILHO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 372/2022/SG/PR/SG/PR

Brasília, 8 de julho de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de Autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a essa Secretaria, Mensagem por meio da qual o Senhor Presidente da República **submete** à consideração dessa Casa, o nome do Senhor **HÉLIO VITOR RAMOS FILHO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para **exercer** o Cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

Atenciosamente,

MARIO FERNANDES

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República, Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Mario Fernandes, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República substituto**, em 08/07/2022, às 18:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3488486** e o código CRC **899945BE** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.005712/2022-29

SEI nº 3488486

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *HÉLIO VITOR RAMOS FILHO*

CPF.: 512.168.097-04

ID.: 8006 MRE

1959 Filho de Hélio Vitor Ramos e Lygia Serbêto Ramos, nasce em 11 de julho de 1959, na cidade de Salvador, Bahia.

Dados Acadêmicos:

1979 Direito pela Universidade Estadual do Estado do Rio de Janeiro
1981 CPCD, IRBr
1989 CAD, IRBr
2001 CAE, IRBr, 2001. Perspectivas de integração energética do Brasil com países andinos e amazônicos - um mapeamento com vistas a ações diplomáticas futuras

Cargos:

1981 Terceiro-secretário
1986 Segundo-secretário
1993 Primeiro-secretário
1998 Conselheiro
2003 Ministro de segunda classe
2009 Ministro de primeira classe

Funções:

1981-83 Divisão de Cooperação Intelectual, Assistente
1983-85 Gabinete do Ministro de Estado, Secretaria de Assuntos Legislativos, Assistente
1983-84 Embaixada em Pretória, Encarregado de Negócios em missão transitória
1985-88 Embaixada em Roma, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1988-91 Embaixada em Lima, Segundo-Secretário e Encarregado de Negócios
1992-93 Departamento de Integração Latino-Americana, Coordenador Executivo
1992 Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD - **RIO 92**), Grupo de Trabalho Nacional para a Organização da Conferência (**GTN**), Secretaria-Executiva, Assessor,
1992 Presidência da República, Assessor Especial do Secretário do Meio Ambiente
1992-95 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Assessor
1995-99 Embaixada em Washington, Primeiro-Secretário e Conselheiro
1999-2001 Ministério de Minas e Energia, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado, Secretário-Executivo e Ministro de Estado, interino
2001-04 Assessoria de Relações Federativas, Chefe
2004-06 Embaixada em Lisboa, Ministro-Conselheiro e Representante Alternativo Junto à CPLP
2006-11 Departamento de Comunicações e Documentação, Diretor
2011-16 Consulado-Geral em Miami, Cônsul-Geral
2016-19 Câmara dos Deputados, Assessor Especial do Presidente da Câmara
2019- Embaixada em Roma, Embaixador

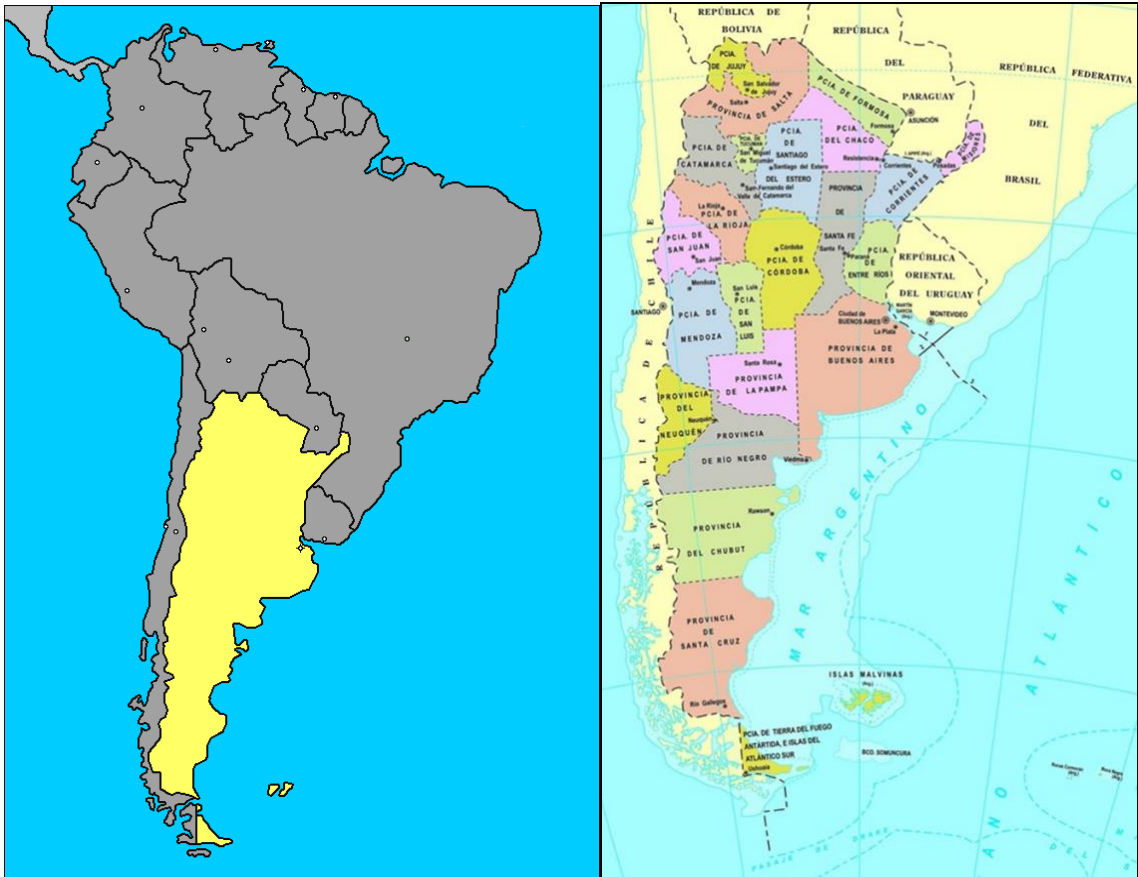
Condecorações:

1988 Ordem ao Mérito, Cavaleiro, Itália
1997 Medalha "Mérito Tamandaré", Marinha do Brasil, Ministério da Defesa
2000 Ordem de Rio Branco, Comendador, Ministério das Relações Exteriores
2001 Ordem do Mérito Renascença do Piauí, Grã-Cruz, Estado do Piauí
2002 Ordem do Mérito Tocantins, Grã-Cruz, Estado de Tocantins
2015. Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial, Marinha do Brasil, Ministério da Defesa

2017	Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz, Ministério das Relações Exteriores
2018	Ordem do Mérito da Defesa, Grande Oficial, Ministério da Defesa
2019	Medalha "Mérito Santos Dumont", Força Aérea Brasileira, Ministério da Defesa
2020	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial, Força Aérea Brasileira, Ministério da Defesa
2020	Medalha "Tributo à Força Expedicionária Brasileira (FEB)", Exército Brasileiro, Ministério da Defesa
2021	Medalha "Exército Brasileiro", Exército Brasileiro, Ministério da Defesa
2022	Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial, Exército Brasileiro, Ministério da Defesa

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

ARGENTINA



I

A colonização espanhola no território argentino iniciou-se em 1512. Em 1776, fundou-se a colônia do Vice-Reino do Rio da Prata. O processo de separação da Espanha, iniciado em maio de 1810 (Revolução de Maio), concluiu-se com a Declaração de Independência de 9 de julho de 1816. A Argentina organizou-se como federação de províncias, com a cidade de Buenos Aires como capital. Durante a segunda metade do século XX, períodos de instabilidade política e crises econômicas periódicas contiveram seu pleno desenvolvimento econômico e social.

A Argentina é o segundo maior país da América do Sul em território, e o terceiro em população. É o oitavo maior país do mundo em área territorial. A população totaliza 46,3 milhões de habitantes (FMI, 2022, estimativa), sendo a maioria de origem europeia. O país é extremamente urbanizado – 92% da população residem em áreas urbanas. A densidade demográfica é baixa (15 habitantes por km²).

A área continental da Argentina está entre a cordilheira dos Andes, a oeste, e o oceano Atlântico, a leste. Faz fronteira com Paraguai e Bolívia, ao norte, com Brasil e Uruguai, a nordeste, e com o Chile, a oeste e sul.

Na porção norte do território encontram-se as planícies do Chaco, ao longo das bacias dos rios Paraguai e Paraná; no centro, situam-se os pampas. No extremo sul, está localizada a Patagônia, constituída de paisagem exuberante, formada por florestas, geleiras e lagos. Na Argentina, há quatro tipos de clima, que variam conforme o relevo: tropical, temperado, árido e frio.

A Argentina reivindica soberania sobre as Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, que são administradas pelo Reino Unido como territórios britânicos ultramarinos. Em 1965, a ONU qualificou a disputa como problema colonial e instou as partes a negociar uma solução. Após 17 anos de negociações infrutíferas, Argentina e Reino Unido enfrentaram-se, em 1982, em conflito armado pela soberania sobre esses arquipélagos austrais. A Argentina considera as ilhas como parte integrante e indivisível de seu território e entende que estão ocupadas ilegalmente. O Brasil reconhece o direito argentino sobre esses arquipélagos. O ano de 2022 marca o aniversário de 40 anos do conflito.

PERFIL BIOGRÁFICO

ALBERTO FERNÁNDEZ *Presidente da República*



Nasceu em Buenos Aires, em 2 de abril de 1959. Formou-se em Direito pela Universidade de Buenos Aires (UBA) em 1983, ano no qual se afiliou ao Partido Justicialista (PJ). Foi Subdiretor Geral de Assuntos Jurídicos do Ministério de Economia de Raúl Alfonsín (UCR). No governo Carlos Menem (PJ), foi Superintendente de Seguros da Nação. Em 1998, foi o tesoureiro da campanha presidencial de Eduardo Duhalde. Em 2000, foi eleito legislador da cidade de Buenos Aires. Foi chefe do Gabinete de Ministros (2003-2008) nos governos de Néstor Kirchner (todo o mandato) e Cristina Fernández de Kirchner (um ano). Compôs a equipe de campanha da "Frente Renovadora" de Sergio Massa, nas eleições presidenciais de 2015. Nas eleições de outubro de 2019, foi eleito Presidente da República, em primeiro turno, pela coalizão "Frente de Todos", com 48,10% dos votos. Tomou posse como Presidente em 10 de dezembro de 2019, para um mandato de quatro anos.

RELAÇÕES BILATERAIS

A Argentina é um dos principais parceiros políticos e econômicos do Brasil. As relações bilaterais são estratégicas para a inserção do Brasil na região e no mundo. A construção de uma relação política de confiança e cooperação com a Argentina contribui para a constituição de um espaço regional de paz e de cooperação. Somadas, as capacidades de Brasil e Argentina representam cerca de dois terços do território, da população e do PIB da América do Sul.

O processo de aproximação política entre Brasil e Argentina, iniciado com a redemocratização dos dois países na década de 1980, esteve na base do projeto de integração sul-americana que levou à criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em 1991. A crescente integração econômico-comercial bilateral tem fortalecido a economia e a indústria dos dois países. O capital brasileiro está presente em diversos setores da economia argentina. A presença de capitais argentinos no Brasil também é expressiva.

O estoque de investimentos brasileiros na Argentina é estimado em US\$ 14 bilhões. São investimentos de perfil variado, com grande atuação nos setores de manufaturados, serviços, mineração, energia e siderurgia. O estoque de investimentos argentinos no Brasil ascende a US\$ 10,4 bilhões, com destaque nas áreas de engenharia e construção, agroindústria, gestão de infraestrutura (aeroportos), metalurgia e tecnologia.

O Brasil é o maior sócio comercial da Argentina, ao passo que a Argentina é o terceiro maior parceiro comercial do Brasil. A forte dinâmica comercial bilateral, marcada pelo elevado percentual de produtos de alto valor agregado, tem importantes impactos em setores estratégicos das duas economias, sobretudo na indústria. Sobressai, entre as áreas beneficiadas pela parceira bilateral, o setor automotivo, que exerce impactos diretos e indiretos sobre o conjunto da economia brasileira, em campos tão diversos como mineração, siderurgia, metalurgia, química, petróleo e gás, além do setor de serviços (engenharia, mecânica, administração, propaganda e marketing, entre outros).

O comércio bilateral experimentou forte recuperação em 2021, havendo atingido US\$ 23,8 bilhões (+45%). No período, as exportações (US\$ 11,88 bilhões; +40%) e as importações (US\$ 11,95 bilhões; +51,3%) brasileiras experimentaram forte alta. Registrou-se ligeiro déficit comercial brasileiro de US\$ 70 milhões. A política comercial argentina, em especial por meio de licenças não automáticas de importação, tem afetado sensivelmente as exportações brasileiras.

O relacionamento bilateral revela dinamismo em áreas estratégicas, como a interconexão energética, os setores nuclear, de defesa e ciência e tecnologia e a integração da infraestrutura.

Entre os diversos foros bilaterais, destacam-se: o Mecanismo de Coordenação Política; a Comissão Bilateral de Produção e Comércio; o Comitê Permanente de Política Nuclear; e o Diálogo Político-Estratégico Brasil-Argentina (mecanismo 2+2, entre ministros de Relações Exteriores e de Defesa).

Brasil e Argentina são unidos por uma linha de fronteira que se estende por 1.261 km. A política de integração fronteiriça constitui dimensão essencial da agenda de cooperação bilateral. A Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço (CODEFRO), instalada em 2011, é a mais alta instância bilateral de deliberação de políticas binacionais para a fronteira e para encaminhamento das demandas suscitadas no âmbito dos Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Argentina, que se reúnem periodicamente em quatro pontos da linha limítrofe dos dois países. As últimas reuniões dos Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Argentina foram realizadas em 2019. Suspensas durante a pandemia de Covid-19, as reuniões desses Comitês deverão ser retomadas no segundo semestre de 2022.

No plano político, as relações com a Argentina constituem pilar importante do esforço de construção de um espaço de paz e cooperação no entorno brasileiro. O governo brasileiro foi representado pelo Vice-Presidente da República na posse do Presidente Alberto Fernández, em 10 de dezembro de 2019. O Ministro de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da República Argentina, Felipe Solá, visitou Brasília em 12 de fevereiro de 2020, ocasião em que foi recebido pelo Senhor Presidente da República e pelo então Ministro Ernesto Araújo. Em 4 de março de 2020, o Deputado Sergio Massa, Presidente da Câmara dos Deputados da República Argentina, visitou Brasília, onde foi recebido pelo Senhor Presidente da República e se encontrou com os presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal.

Em 30 de novembro de 2020, os Presidentes Jair Bolsonaro e Alberto Fernández mantiveram videoconferência para celebrar os 35 anos da Declaração do Iguaçu, assinada em 1985 pelos Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín e considerada como um marco do relacionamento bilateral. Em 16 de março de 2021, os Chanceleres Ernesto Araújo e Felipe Solá realizaram reunião por videoconferência. Em 19 de julho de 2021, o Chanceler Felipe Solá visitou o Rio de Janeiro, onde participou de cerimônia alusiva ao 30º aniversário da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), além de manter reunião bilateral com o Ministro Carlos França. Em 8 de outubro de 2021, o Chanceler argentino Santiago Cafiero realizou visita a Brasília. Em 25 de fevereiro de 2022, o senhor Secretário Geral das Relações Exteriores, Embaixador Fernando Simas Magalhães, reuniu-se com seu homólogo argentino em Buenos Aires.

Desde 13 de junho de 2022, a Argentina está representada por um Encarregado de Negócios, a.i, em Brasília. O então embaixador argentino no Brasil, Daniel Scioli, também ex-vice-presidente sob Néstor Kirchner (2003-2007) e candidato à Presidência derrotado por Mauricio Macri em 2015, foi designado para assumir o cargo de Ministro do Desenvolvimento Produtivo em seu país.

Assuntos consulares: A rede consular brasileira na Argentina é composta pelos Consulados-Gerais do Brasil em Buenos Aires, em Córdoba e em Mendoza e pelos Consulados do Brasil em Paso de los Libres e Puerto Iguazú.

O Itamaraty estima que a comunidade brasileira na Argentina alcance aproximadamente 47 mil pessoas.

Os postos consulares da região fronteira são responsáveis pela organização local dos Comitês de Integração Fronteira Brasil-Argentina. Os Comitês de Integração Fronteira Brasil-Argentina atualmente existentes são os seguintes: Foz do Iguaçu-Puerto Iguazú; Barracão/Dionísio Cerqueira-Bernardo de Irigoyen; São Borja-Santo Tomé; e Uruguaiana-Paso de los Libres.

Empréstimos e financiamentos oficiais: a exposição do Fundo de Garantia à Exportação à Argentina atualmente é de US\$ 3.778.565,72, segundo dados da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABFG).

POLÍTICA INTERNA

O Estado argentino tem forma de governo representativa republicana federal, com estrutura de três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

O presidente da República é o chefe de Estado e de Governo, eleito por voto direto, com mandato de quatro anos e direito à reeleição por um período consecutivo. Os ministros são nomeados pelo presidente. Em outubro de 2019, Alberto Fernández foi eleito presidente da República, em primeiro turno, com 48,10%, contra 40,38% do então Presidente, Mauricio Macri. O presidente tomou posse em 10 de dezembro de 2019.

O Parlamento argentino é bicameral, sendo conformado pelo Senado da Nação e pela Câmara de Deputados. Os 72 senadores (3 por província) são eleitos para mandatos de seis anos em eleição majoritária, na qual a coalizão vencedora garante as duas primeiras cadeiras; e a segunda colocada, a terceira cadeira. A vice-presidente da República ocupa também a função de presidente do Senado. A Câmara dos Deputados é composta de 257 parlamentares, eleitos por lista partidária fechada para mandatos de quatro anos, em votação proporcional.

As eleições gerais argentinas de outubro de 2019 geraram Congresso polarizado entre as alianças Frente de Todos – FdT (peronista) e "Juntos por el Cambio" - JxC (macrista). A coalizão peronista alcançou quórum próprio e maioria no Senado (39 cadeiras) e a maior bancada na Câmara (119 cadeiras), onde não detinha maioria. A coalizão opositora, por sua vez, obteve 22 cadeiras no Senado e 116 cadeiras na Câmara. Eleita vice-presidente, Cristina Kirchner assumiu a presidência do Senado.

Em 14 de novembro de 2021, foram realizadas eleições legislativas para a renovação de quase a metade da Câmara dos Deputados (127 de 257 assentos) e um terço do Senado (24 de 72 assentos). A coalizção governista perdeu as eleições em âmbito nacional e nos principais colégios eleitorais. Nacionalmente, o governo teve 33,56% dos votos, contra 41,96% da principal coalizção opositora, "Juntos por el Cambio" (JxC), do ex-presidente Mauricio Macri. O peronismo perdeu a maioria com que contava no Senado, passando de 41 para 35 assentos, ao passo que a coalizção "Juntos por el Cambio" aumentou sua participação, de 26 para 31 postos. Trata-se da primeira vez, desde o restabelecimento do regime democrático, em 1983, que o peronismo deixa de ter maioria na câmara alta argentina. A coalizção oficialista perdeu também assentos na Câmara de

Deputados, mas logrou manter-se como a maior bancada da Câmara, com 118 assentos, contra 116 de JxC e 23 de outras agremiações.

As autoridades provinciais e municipais são eleitas para mandatos de quatro anos: governadores, intendentes (prefeitos) e conselheiros (vereadores). As 23 províncias se autogovernam, possuem suas próprias constituições e poderes executivo, legislativo e judiciário, bem como polícias provinciais. A Cidade Autônoma de Buenos Aires tem regime de governo autônomo e competências legislativas e jurisdicionais.

A Corte Suprema de Justiça da Nação é o órgão máximo do Poder Judiciário. Julga recursos, em segunda e última instância, e examina a constitucionalidade das leis. A Corte Suprema é integrada por cinco magistrados, nomeados pelo presidente da República após aprovação do Senado. Os tribunais argentinos são independentes em sua função jurisdicional, estando, porém, administrativamente subordinados à Corte Suprema.

POLÍTICA EXTERNA

Em suas primeiras declarações sobre política externa, após a posse, Alberto Fernández defendeu "integração plural e global" ao mundo e o reforço do reclamo pela soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas.

A questão das Malvinas tem recebido especial atenção do governo argentino, que vem intensificando gestões para que se reconheça a existência da disputa de soberania entre a Argentina e o Reino Unido sobre as Ilhas Malvinas, Sandwich do Sul e Geórgias do Sul.

No tocante ao relacionamento com a Venezuela, o governo argentino aderiu ao Grupo de Contato Internacional em agosto de 2020 e saiu do Grupo de Lima em março de 2021. A chancelaria argentina descredenciou a então embaixadora do governo interino de Juan Guaidó em Buenos Aires, Elisa Trotta.

Com respeito ao MERCOSUL, o governo argentino tem apontado, como objetivo, preservar as duas dimensões do bloco: como política consensual dentro da Argentina e como projeto regional de quase 30 anos de existência. O país, contudo, mantém política comercial protecionista, apesar de ter-se engajado na negociação de novos acordos comerciais extrarregionais do MERCOSUL.

Ainda no âmbito regional, a Argentina assumiu, em janeiro de 2022, a presidência da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC).

A Argentina de Alberto Fernández também estabeleceu como meta de sua política externa o reforço de vínculos com os principais sócios internacionais, incluindo o Brasil, China, Estados Unidos, Índia, México, Rússia e a União Europeia.

Nota-se que o governo argentino alimenta hoje desejo de maior aproximação com China e Rússia, ao tempo em que busca manter relacionamento correto com os Estados Unidos, fundamental para o atual processo de reestruturação da dívida externa, em especial com o FMI. A China, em especial,

exerce papel crescente na agenda externa da Argentina, como sócio comercial, investidor e provedor de reservas.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O cenário econômico argentino caracteriza-se por alta inflação (50,9% em 2021), descontrole cambial (alta do dólar, existência de câmbios paralelos) e alta taxa de pobreza (37,3% da população no segundo semestre de 2021, incluindo-se 8,2% que vivem em condições de indigência). A economia argentina também é marcada por problema crônico da dívida externa, em especial com organismos internacionais, incluindo o FMI e o Clube de Paris.

Em 2021, a economia argentina registrou crescimento de 10,3% do PIB, resultado que interrompeu três anos consecutivos de queda do PIB (-2,6% em 2018; -2,1% em 2019 e -9,9% em 2020).

De acordo com dados oficiais do Ministério de Economia da Argentina, em 2021 o setor público argentino registrou um déficit primário correspondente a 3% do PIB do país. Somando-se os gastos com pagamentos de juros da dívida pública, o déficit financeiro no ano passado alcançou 4,5% do PIB. Em 2020, ano de maior impacto da pandemia, o déficit primário havia alcançado 6,5%, e o financeiro, 8,5%.

A taxa de desemprego vem apresentando trajetória recente de queda e chegou a 7% da população economicamente ativa ao fim de 2021. Trata-se da menor taxa de desemprego desde o início da série medida pelo “Instituto Nacional de Estadística y Censos” (INDEC), em 2016.

Quanto à pobreza, os indicadores atuais mostram melhoria em comparação com o primeiro trimestre de 2021 (40,6% de pobres e 10,5% de indigentes), com o segundo semestre de 2020 (42% e 10,5%) e com o primeiro semestre de 2020 (40,9% e 10,5%). A redução da pobreza e da indigência esteve diretamente associada à recuperação econômica da Argentina em 2021. Ainda assim, os indicadores sociais referentes ao segundo semestre de 2021 não se recuperaram a ponto de igualar os níveis pré-pandemia. Os últimos registros antes da crise sanitária, relativos ao segundo semestre de 2019, haviam mostrado uma pobreza de 35,5% e indigência de 8%. Vale notar, contudo, que a linha de pobreza oficial da Argentina é mais elevada que aquela utilizada pelo Banco Mundial como referência para países de renda média-alta (US\$ 5,50 ao dia, em paridade de poder de compra). Pela métrica do Banco Mundial, a porcentagem de pobres na Argentina em 2020 (últimos dados disponíveis) era de 18,2%.

A inflação da Argentina aumentou 5,1% em maio de 2022, acumulando uma variação positiva de 29,3% nos cinco primeiros meses do ano e um incremento interanual de 60,7%. As expectativas de inflação para o ano em curso continuam crescendo. Na última pesquisa realizada em maio, analistas de mercado consultados prognosticaram inflação de 72,6% em 2022.

Em 2021, o intercâmbio comercial da Argentina atingiu US\$ 141 bilhões, com crescimento de 45% sobre 2020. As exportações alcançaram US\$ 77,9 bilhões

(+42%), enquanto as importações movimentaram US\$ 63,2 bilhões (+49,2%). O superávit comercial alcançou US\$ 14,7 bilhões, o segundo maior da série histórica.

Em agosto de 2020, a Argentina concluiu as negociações para reestruturação de sua dívida junto a seus principais credores privados (cerca de US\$ 65 bilhões). Em seguida, deu início a conversas com o FMI, a fim de negociar novo acordo em substituição ao pacote de cerca de US\$ 56 bilhões fechado durante o governo Macri. Daquele pacote, US\$ 45 bilhões foram desembolsados pelo FMI. Parte significativa dos vencimentos dessa dívida estavam previstos para o período entre 2021 e 2023, de forma que um novo acordo com o Fundo era visto como essencial para alívio das contas públicas nos próximos anos. O Brasil apoiou publicamente o pleito argentino por novo programa financeiro com o FMI.

Em junho de 2021, a Argentina alcançou acordo com o Clube de Paris, pelo qual a entidade aceitou suspender a declaração de *default* mediante compromisso do país de: i) amortizar US\$ 430 milhões (em duas parcelas iguais, em 31 de julho de 2021 e 28 de fevereiro de 2022) da dívida de US\$ 2,5 bilhões com o Clube; e ii) alcançar acordos com o FMI e com o Clube antes de março de 2022.

Em março último, o Conselho Diretor do FMI aprovou novo arranjo do tipo *Extended Fund Facility* para a Argentina, no valor de cerca US\$ 44 bilhões de dólares. O programa busca a melhora das finanças públicas e a redução da alta inflação por meio de uma estratégia que envolve a eliminação gradual do financiamento por via monetária do déficit fiscal.

O acordo prevê uma série de revisões periódicas, quando são avaliados o nível do cumprimento do acordo pela Argentina. Em 8 de junho corrente, chegou-se a acordo entre o *staff* do FMI e as autoridades argentinas com relação à primeira revisão. Avaliou-se que todas as metas foram alcançadas, e a Argentina poderá ter acesso a nova parcela no valor de cerca de US\$ 4,03 bilhões de dólares. Os objetivos anuais foram mantidos.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1816	Congresso de Tucumán proclama a independência
1852	Rosas é derrotado por coalizão de Brasil, Montevideu, Entre Rios e Corrientes
1862	Bartolomé Mitre é presidente da República unificada (até 1868)
1865	Guerra da Tríplice Aliança (com Brasil e Uruguai) contra o Paraguai (até 1870)
1916	União Cívica Radical (UCR) ascende ao poder; presidências Yrigoyen, Alvear e Yrigoyen
1943	Golpe militar do coronel Perón tem apoio de setores sindicais e dissidentes da UCR
1946	Perón ascende à presidência com ampla maioria do eleitorado
1952	Tem início segundo mandato de Perón, derrubado em 1955 por golpe militar
1955	Governo do general Aramburu restaura a hegemonia conservadora
1959	Presidências Frondizi e Illía, situação política controlada indiretamente pelo Exército
1966	General Onganía implanta ditadura, que termina com a insurreição do “Cordobazo” de 1969
1973	Perón é novamente presidente, seguido de Maria Estela Martínez e de golpe militar
1976	Governos militares (Videla, Viola e Galtieri) caracterizam-se por sangrenta repressão
1982	Derrota na Guerra das Malvinas obriga militares a deixar o poder e convocar eleições
1983	Raúl Alfonsín é o eleito presidente e toma posse em 10/12; fim da ditadura militar
1983	Alfonsín autoriza processo judicial contra os responsáveis pela repressão da ditadura
1985	Início da aproximação com Brasil; em 1988, Tratado de Integração e Cooperação
1989	Retorno do peronismo (ala direita) com vitória de Carlos Menem (reeleito em 1995)
1991	Tratado de Assunção cria o Mercosul (com Brasil, Uruguai e Paraguai)
1999	Fernando De la Rúa é eleito presidente
2001	Domingo Cavallo é nomeado “superministro”; em 01/12, decreta o “corralito” (congelamento de depósitos bancários, com limitações de saques)
2001	De la Rúa renuncia em 21/12; três presidentes em 12 dias; é decretada moratória da dívida externa
2002	Presidente Eduardo Duhalde põe fim à conversibilidade peso-dólar e faz acordo com o FMI
2002	Crise econômica deixa quase 60% da população abaixo da linha de pobreza
2003	Nestor Kirchner é eleito presidente (Menem desiste das eleições antes da

	realização do 2º turno)
2006	Conflito diplomático com o Uruguai, em razão da instalação de fábricas de celulose em território uruguaio, à margem do rio que divide os dois países
2007	Senadora Cristina Fernández de Kirchner é eleita presidente
2008	Inicia-se o conflito do governo com o setor agropecuário em torno do imposto de exportação de grãos
2008	O governo sofre sua primeira grande derrota com a derrubada da lei de “retenciones” (impostos às exportações)
2008	Governo reestatiza os fundos de pensão privados.
2009	Governo sofre grande revés em eleições legislativas (28/6)
2010	Falecimento do ex-presidente Néstor Kirchner
2011	Reeleição da presidente Cristina Kirchner (posse em 10/12)
2015	Eleição do presidente Mauricio Macri (posse em 10/12)
2019	Eleição do presidente Alberto Fernández (posse em 10/12)

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1821	O governo português, instalado no Rio de Janeiro, é o primeiro a reconhecer a independência argentina
1822	Nomeação de Antônio Manuel Correia da Câmara como cônsul e agente comercial no Prata ("Missão Correia da Câmara")
1823	O enviado argentino Valentín Gómez apresenta ao chanceler brasileiro, José Joaquim Carneiro de Campos, carta credencial assinada pelo ministro argentino de Relações Exteriores, Bernardino Rivadavia, com o reconhecimento da independência do Brasil
1825	O Congresso de Buenos Aires proclama a reintegração da Banda Oriental ao território argentino. A Argentina rompe relações com o Brasil, que declara guerra. Início da Guerra da Cisplatina
1828	Assinada, no Rio de Janeiro, Convenção de Paz que põe fim à Guerra da Cisplatina e formaliza a independência do Uruguai
1831	Antônio Cândido Ferreira é nomeado encarregado de negócios e cônsul-geral na Argentina
1833	O Brasil reconhece o direito argentino sobre as ilhas Malvinas, ocupadas pelo Reino Unido
1850	Rompimento das relações diplomáticas do Brasil com o governo argentino de Juan Manuel de Rosas
1851	Firmado, em Montevideú, Convênio para uma aliança ofensiva e defensiva contra Rosas entre Brasil, Uruguai e as províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes. Rosas declara guerra ao Império brasileiro
1852	Juan Manuel de Rosas é derrotado pela coalizão entre Brasil, Uruguai e as províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes
1856	Celebrado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e a Argentina, que garante a livre navegação do rio da Prata
1864	Início da Guerra do Paraguai
1865	Brasil, Argentina e Uruguai assinam o Tratado da Tríplice Aliança
1870	Fim da Guerra do Paraguai
1889	Brasil e Argentina firmam Tratado de Arbitramento para a pronta solução da questão de limites pendente na região de Palmas
1889	A Argentina reconhece o regime republicano no Brasil.
1895	Arbitragem sobre a questão de Palmas. Laudo do presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, dá ganho de causa ao Brasil (19 de novembro)
1898	Firmado tratado de limites entre Brasil e Argentina, baseado no laudo arbitral de 1895
1899	O presidente da Argentina, Julio Roca, visita o Brasil. É a primeira visita oficial de um chefe de estado estrangeiro ao país
1900	O presidente do Brasil, Campos Sales, visita a Argentina. É a primeira visita, em caráter oficial, de um chefe de estado brasileiro ao exterior
1910	O presidente eleito da Argentina, Roque Sáenz Peña, realiza visita ao Brasil, a convite do Barão do Rio Branco

1915	O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Lauro Müller, visita a Argentina e assina o "Pacto do ABC", do qual também participa o Chile
1922	Elevada à categoria de embaixada a legação do Brasil em Buenos Aires
1935	O presidente do Brasil, Getúlio Vargas, viaja ao Prata e realiza visita oficial à Argentina. Brasil e Argentina fazem mediação para solução da Guerra do Chaco, entre Bolívia e Paraguai
1961	Encontro de Uruguiana, entre os presidentes Jânio Quadros (Brasil) e Arturo Frondizi (Argentina), no qual se assina o Convênio de Amizade e Consulta
1969	Assinatura do Tratado da Bacia do Prata, por Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai
1972	O presidente da Argentina, Alejandro Lanusse, visita o Brasil e assina com o presidente Emílio Médici acordos bilaterais de integração física
1977	Divergências sobre a Usina de Itaipu levam ao fechamento da fronteira entre Brasil e Argentina. São iniciadas conversas trilaterais, entre Brasil, Argentina e Paraguai, para tratar da construção da usina
1979	Brasil, Argentina e Paraguai assinam o Acordo Tripartite sobre Coordenação Técnico-Operativa para o Aproveitamento Hidrelétrico de Itaipu e Corpus
1980	Visita do presidente João Baptista Figueiredo à Argentina. Desde 1935 um presidente brasileiro não visitava o país
1980	O presidente da Argentina, Jorge Videla, visita o Brasil
1981	Encontro entre os presidentes João Figueiredo e Roberto Viola na fronteira entre Brasil e Argentina, na cidade de Paso de los Libres
1982	O Brasil se mantém neutro na Guerra das Malvinas, mas reafirma que reconhece a soberania argentina sobre as ilhas
1985	Início do processo de aproximação Brasil-Argentina. "Declaração do Iguazu" é firmada pelos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, na fronteira entre os dois países
1986	O presidente José Sarney realiza visita de estado à Argentina. É assinada a "Ata de Integração Brasileiro-Argentina", que estabelece o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE)
1988	Assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento
1990	Assinatura da Ata de Buenos Aires pelos presidentes Fernando Collor e Carlos Menem. Brasil e Argentina decidem conformar um mercado comum até o final de 1994
1991	Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai firmam o Tratado de Assunção para a constituição do Mercado Comum do Sul (Mercosul)
1991	Criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC)
1995	Entrada em vigor da União Aduaneira do Mercosul, com a adoção de tarifa externa comum (TEC)
1996	Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso à Argentina
1997	Visita de estado do presidente da Argentina, Carlos Menem, ao Brasil. Formalização da Aliança Estratégica entre Brasil e Argentina
2004	Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner assinam a Ata de

2007	Adoção do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral Brasil-Argentina (MICBA) (dezembro)
2015	Visita do presidente eleito da República Argentina, Mauricio Macri, ao Brasil (4 de dezembro). É sua primeira visita ao exterior após as eleições
2015	Visita da presidente Dilma Rousseff à Argentina, por ocasião da cerimônia de posse do presidente da Argentina, Mauricio Macri (10 de dezembro)
2016	Visita do presidente Michel Temer à Argentina (3 de outubro)
2017	Visita do presidente Mauricio Macri ao Brasil (7 de fevereiro)
2019	Visita do presidente Mauricio Macri ao Brasil (16 de janeiro)
2019	Visita do presidente Jair Bolsonaro à Argentina (6 de junho)
2020	Visita do chanceler Felipe Solá ao Brasil (12 de fevereiro)
2020	Videoconferência entre o presidente Jair Bolsonaro e o presidente Alberto Fernández, por ocasião dos 35 anos da Declaração do Iguazu (30 de novembro)
2021	Videoconferência entre o chanceleres Ernesto Araújo e Felipe Solá (16 de março)
2021	Visita do chanceler Felipe Solá ao Brasil (19 de julho de 2021)
2021	Visita do chanceler Santiago Cafiero ao Brasil (8 de outubro de 2021).

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Publicação
Convenção Preliminar de Paz.	27/08/1828	04/10/1828	Não consta
Tratado de Amizade, Comércio e Navegação.	07/03/1856	25/06/1856	14/07/1856
Convenção sobre Navegação Fluvial.	20/11/1857	20/07/1858	Não consta
Tratado de Limites.	06/10/1898	26/05/1900	31/05/1900
Tratado de Arbitramento Geral.	07/09/1905	05/12/1908	01/10/1908
Protocolo sobre Cartas Rogatórias, Complementar ao Acordo de 14/02/1880.	16/09/1912	08/01/1957	21/03/1957
Convenção Complementar de Limites.	27/12/1927	09/07/1941	16/07/1941
Convênio para Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia.	10/10/1933	21/05/1934	26/06/1934
Convênio para o Fomento do Turismo.	10/10/1933	21/05/1934	26/06/1934
Acordo para Permuta de Publicações.	10/10/1933	21/05/1934	26/06/1934
Convênio sobre Legalização de Manifestos de Carga.	23/01/1940	08/04/1941	10/05/1941
Acordo sobre Transportes Aéreos	02/06/1948	29/11/1966	04/07/1967

Título	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Publicação
Regulares.			
Tratado de Extradicação.	15/11/1961	07/06/1968	15/07/1968
Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita.	15/11/1961	07/06/1968	15/07/1968
Convênio sobre Coprodução Cinematográfica.	25/01/1968	26/11/1981	18/11/1981
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda.	17/05/1980	01/01/1983	23/12/1982
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.	17/05/1980	18/08/1982	10/09/1982
Tratado para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Trechos Limítrofes do Rio Uruguai e de seu Afluente o Rio Peperi-Guaçu.	17/05/1980	01/06/1983	30/06/1983
Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	17/05/1980	20/10/1983	09/11/1983
Acordo sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira.	17/05/1980	01/06/1983	30/06/1983
Acordo de Previdência Social	20/08/1980	18/11/1982	10/12/1982
Acordo sobre Transportes Marítimos.	15/08/1985	05/02/1990	07/03/1990
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, de 17/05/80, sobre Informática.	22/01/1987	22/02/1987	04/03/1987
Acordo de Coprodução Cinematográfica.	18/04/1988	25/07/1995	10/05/1999
Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento.	29/11/1988	23/08/1989	25/09/1989
Acordo para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Uruguai, entre as cidades de São Borja e Santo Tomé.	22/08/1989	20/04/1990	06/05/1991
Tratado para o Estabelecimento de um Estatuto das Empresas Binacionais Brasileiro-Argentinas.	06/07/1990	27/06/1992	30/07/1992
Protocolo Adicional ao Acordo para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Uruguai, entre as cidades de São Borja e Santo Tomé.	06/07/1990	30/06/1993	11/08/1998
Acordo sobre o Exercício de	20/08/1991	10/02/1993	26/02/1993

Título	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Publicação
Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.			
Acordo de Cooperação para a Prevenção do Uso Indevido e Combate ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.	26/05/1993	09/10/1995	20/11/1995
Acordo sobre Facilitação de Atividades Empresariais.	15/02/1996	10/11/1999	12/01/1999
Acordo de Cooperação Técnica.	09/04/1996	25/08/1999	14/10/1999
Acordo sobre Cooperação em Matéria Ambiental.	09/04/1996	18/03/1998	13/05/1998
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais.	09/04/1996	18/02/1998	13/05/1998
Acordo sobre Transporte Fluvial Transversal Fronteiriço de Passageiros, Veículos e Cargas.	27/04/1997	26/10/2002	06/11/2002
Acordo para o Funcionamento do Centro Único de Fronteira São Borja-Santo Tomé.	10/11/1997	28/03/2000	18/05/2000
Acordo para a Criação da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço (CODEFRO).	10/11/1997	05/05/1999	02/06/1999
Acordo de Integração Cultural.	10/11/1997	15/06/2000	24/07/2000
Convênio de Cooperação Educativa.	10/11/1997	15/06/2000	24/07/2000
Acordo sobre a Isenção de Vistos.	09/12/1997	22/04/2000	26/04/2000
Tratado sobre a Transferência de Presos.	11/09/1998	25/06/2001	24/07/2001
Protocolo sobre Circulação de Produtos Alimentícios.	25/11/1999	09/06/2006	Em tramitação na Argentina
Acordo para a Viabilização da Construção e Operação de Novas Travessias Rodoviárias sobre o Rio Uruguai.	15/12/2000	06/10/2003	18/02/2004
Acordo para o Provimento de Capacidade Espacial.	08/05/2001	23/03/2004	29/06/2004
Protocolo adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação em Aplicações Pacíficas da Ciência e Tecnologia Espaciais Relativo à Concessão de	14/08/2001	27/11/2003	Em tramitação na Argentina

Título	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Publicação
Equipamentos para a Cooperação Espacial.			
Acordo Relativo ao Intercâmbio de Estagiários.	14/08/2001	23/06/2009	Em processo de ratificação pelas Partes
Acordo sobre Cooperação entre suas Academias Diplomáticas.	02/12/2002	23/12/2005	20/12/2005
Acordo de Cooperação para Combate ao Tráfico de Aeronaves Supostamente Envolvidas em Atividades Ilícitas Internacionais.	09/12/2002	25/07/2006	16/10/2006
Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Cooperação Comercial.	30/11/2005	02/02/2010	02/02/2010
Acordo para Concessão de Permanência a Detentores de Vistos Temporários ou a Turistas.	30/11/2005	27/11/2008	13/01/2009
Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa.	30/11/2005	20/04/2007	20/04/2007
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica na Área da Tecnologia Militar.	30/11/2005	10/09/2008	28/11/2008
Acordo de Facilitação Turística.	18/11/2009	18/12/2009	19/11/2009
Acordo para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu, entre as Cidades de Paraíso, Brasil, e San Pedro, Argentina.	31/01/2011	01/10/2014	29/03/2016
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis	31/01/2011	17/07/2015	Em tramitação na Argentina
Ajuste Complementar ao Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, para a Prestação de Serviços de Assistência de Emergência e Cooperação em Defesa Civil	07/02/2017		Em tramitação no Congresso Nacional
Protocolo de Emenda à Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	21/07/2017	29/07/2018	28/08/2018
Adendo, por Troca de Notas, ao Memorando de Entendimento sobre Cooperação Consular e Políticas para Comunidades Emigradas	12/07/2018	16/07/2018	20/07/2018

Título	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Publicação
Tratado de Extradicação	16/01/2019		Em tramitação no Congresso Nacional
Memorando de Entendimento sobre cooperação na área de bioenergia, incluindo biocombustíveis	06/06/2019	06/06/2019	17/07/2019
Acordo para a Prorrogação do Contrato Internacional de Concessão da Ponte Internacional São Borja-Santo Tomé e Infraestruturas Conexas	19/07/2021	19/07/2021	18/08/2021

Dados básicos

	Argentina	Brasil
Nome oficial	República Argentina	República Federativa do Brasil
Idioma oficial	Espanhol	Português
População	46,3 milhões (FMI)	213,4 milhões (IBGE)
Área	2,796 milhões km²	8,516 milhões km²
PIB nominal (FMI, 2022)	US\$ 464,28 bilhões	US\$ 1,83 trilhão
PIB <i>per capita</i> (FMI, 2022)	US\$ 12,19 mil	US\$ 8,57 mil
Crescimento do PIB (FMI)	4% (2022, est); 10,2 (2021); 9,9% (2020); -2% (2019)	0,8 (2022, est); 4,6% (2021, est.); -3,9% (2020); 1,2% (2019)
IDH (PNUD, 2020)	0,845 (46º posição)	0,765 (84ª posição)
Índice de alfabetização (PNUD, 2020)	99,0%	93,2%
Expectativa de vida (PNUD, 2020)	76,7 anos	75,9 anos

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões)

BRASIL-ARGENTINA	2019	2020	2021
Intercâmbio total	20.276	16.385,8	23.827,4
Exportações	9.723	8.488,7	11.878,5
Importações	10.552	7.897,1	11.948,9
Saldo	-828	591,6	-70,4

* Principais produtos da pauta comercial (2021)

- **Exportações:** automóveis de passageiros, 11%; partes e acessórios de veículos, 9,6%; minérios de ferro e seus concentrados, 5,5%.
- **Importações:** veículos para transporte de mercadoria, 20%; automóveis de passageiros, 12%; trigo, 12%; energia elétrica, 8,9%.

Encarregado de Negócios da Argentina no Brasil: Pablo de Angelis.

Embaixador do Brasil na Argentina: Reinaldo Salgado.